

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

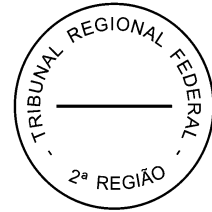
**4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO**

**Juiz Federal Titular: Dr<sup>a</sup> Anelisa Pozzer Libonati de Abreu**

Partindo de levantamentos realizados no Questionário Pré-Correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 20/07/2015 a 24/07/2015, a correição ordinária eletrônica da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Dar cumprimento à Meta 1 2015 do CNJ;
2. Buscar o cumprimento da Meta 2 2015 do CNJ, atentando para os processos listados no item respectivo deste relatório;
3. Priorizar o andamento dos processos conclusos para despacho há mais de 30 dias (31) e decisão há mais de 60 dias (22).
4. Retomar o andamento dos 452 processos parados entre 121 e 180 dias e 469 processos parados há mais de 180 dias;
5. Providenciar a juntada da petição nº 2015.7162.001694-6, cadastrada em 10/02/2015, do processo nº 0503755-69.2001.4.02.5101;
6. Verificar a situação do processo nº 0515486-47.2010.4.02.5101, relacionado no item “processos com remessa externa”, o qual se encontra com o prazo de devolução vencido;
7. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro do motivo de suspensão, de modo a evitar que os processos suspensos tenham o motivo classificado como 'vazias';



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

8. Verificar a situação dos processos suspensos, providenciando, quando for o caso, o devido andamento.

9. Inserir a indicação da classificação do tipo de sentença no seu corpo. Observar a correta classificação das sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada. Evitar, ainda, a classificação como “vazias”, cadastrando corretamente o tipo de sentença proferida.

10. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 145 processos com tal fase não informada.

11. Observar o Relatório de Bens Penhorados, extraído do Sistema Apolo, Módulo Secretaria.

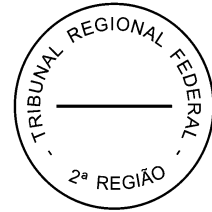
12. Observar o correto registro de bem penhorado no processo nº 0525328-51.2010.4.02.5101 no relatório respectivo.

Considerando as recomendações *supra*, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Ofícios desta Corregedoria: TRF2-OFI-2015: nº 5466 (PRFN), 5468 (OAB), 5469 (DPU), 5471 (AGU) e 5472 (MPF), todos de 30 de março de 2015, comunicando a ocorrência desta Correição.

Conforme o Ofício nº 8769/2015 - MPF/PR/RJ/GABPC, de 18/06/2015 e a Portaria PR-RJ nº 693, de 17/06/2015, o Procurador da República Dr. José Maria de Castro Panoeiro foi designado para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Por fim, não houve manifestação da PRFN, da OAB, da DPU e da AGU.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

- Titular: Dr<sup>a</sup> Anelisa Pozzer Libonati de Abreu (atuação desde 12/08/2010).

- Substituto: conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, *"a Vara não contou com auxílio de Juiz Substituto no período. Apenas recebeu Juizes Substitutos empossados no último concurso, em caráter transitório, para aperfeiçoamento (de 11/03/ a 09/06/2015, sendo 5 no total, a cada duas semanas)"*.

Fonte: Questionário Pré-Correição (itens 1.1 e 3.1).

**→ ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores: 12

Analistas Judiciários: 07

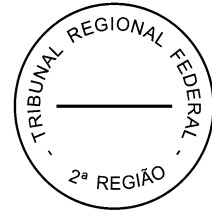
Técnicos Judiciários: 04

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 2.1).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)**

Acervo 1ª Instância e Juizados	Correição/2013	Correição/2015
Total	22.978	19.549
Suspensos	12.381	12.069
Ag. julgamento recurso	598	489
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>9.997</b>	<b>6.991</b>

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 07/2014 a 06/2015, extraído em 15/07/2015.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (art. 181 da CNCR)**

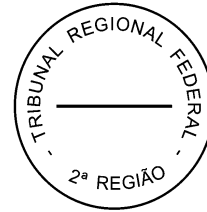
Total de atos processuais intimados (01/07/2014 a 30/06/2015): 23.804

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	10.310	43,31	12
Decisão	10.338	43,43	19
Sentença	3.156	13,26	03
<b>Total Geral</b>	<b>23.804</b>	<b>100,00</b>	<b>14</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 21/07/2015.

➔ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário)

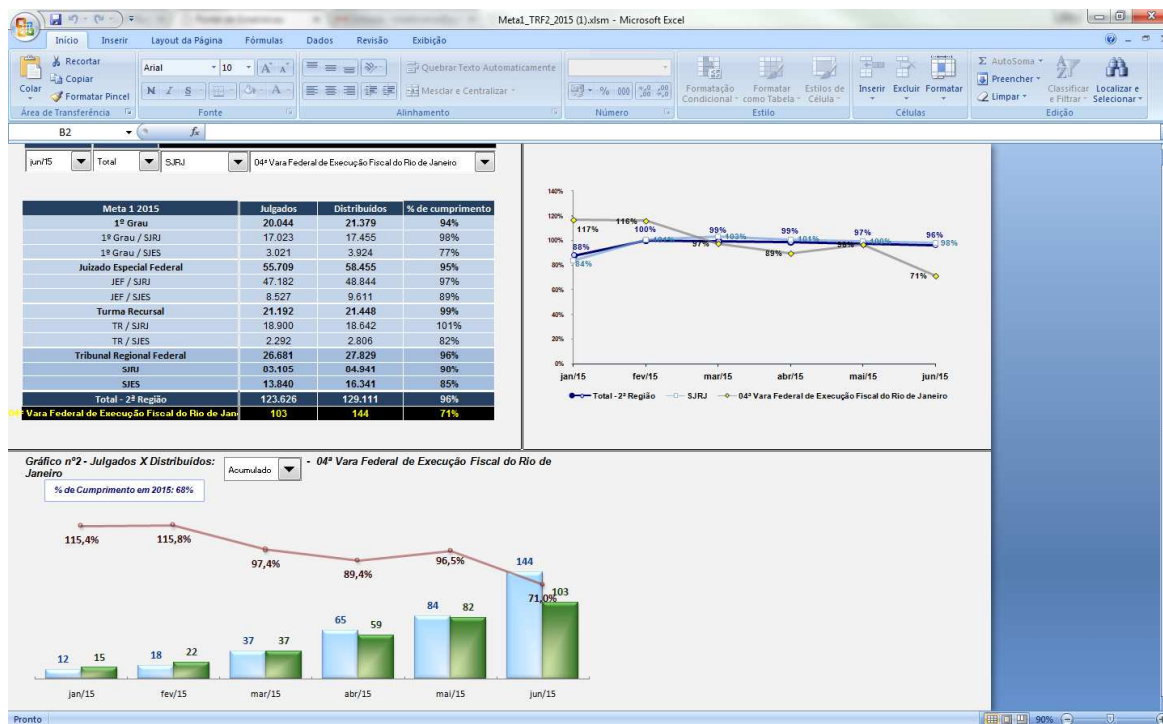


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

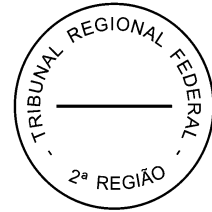
De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 21/07/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 68%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, extraído em 21/07/2015.

### II – META 2/2015: julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

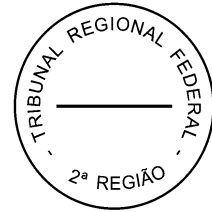
processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Situação: constam 08 processos pendentes de julgamento, todos com última movimentação há menos de 100 dias:

→ **Autuados até 2010 - 08 processos:**

- 05291687420074025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. Distribuídos por dependência em 23/10/2007. Recebidos os embargos e suspensão a execução fiscal em 10/09/2008. Suspensos até o término da restauração dos autos em apenso em 29/05/2013. Reativação da suspensão e determinação de oferecimento de impugnação e especificação de provas pelas partes em 15/05/2015. Despacho em 22/07/2015 determinou a especificação de provas pelo embargado. Consta, como último movimento, a remessa para publicação em 28/07/2015.

- 05143770320074025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO - COFINS PIS - Dívida Ativa - Tributário. Distribuídos por dependência em 23/07/2007. Recebidos os embargos e suspensão a execução fiscal em 01/08/2007. Vista ao embargante em 26/10/2007 para se manifestar sobre a impugnação. Despacho em 08/01/2009 para especificação de provas. Decisão em 10/02/2011 deferiu prova pericial e nomeou perito. Despacho em 23/08/2011 de vista às partes para proposta de honorários periciais, depósito dos honorários, início dos trabalhos periciais, manifestação sobre o laudo pericial e expedição de alvará de levantamento. Suspensão dos embargos à execução por 90 dias em 27/03/2012. Decisão em 15/05/2012 indeferiu a preclusão consumativa aventada pela parte embargada quanto ao direito da embargante de participar da sua produção de provas. Agravo retido interposto em 01/06/2012 pela parte embargada. Decisão em

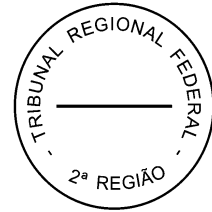


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

06/07/2012 deu provimento ao agravo retido, declarando preclusa a faculdade da União de apresentar assistente técnico e quesitos. Despacho em 22/10/2012, indicando o prazo de 30 dias para a elaboração do laudo pericial, uma vez que o processo estava incluso no esforço da Meta 2 do CNJ. Despacho de 18/12/2012 para dilação do prazo por 20 dias para apresentação do laudo pericial. Despacho em 11/09/2013 para expedição de alvará de levantamento e vista às partes do laudo pericial. Suspensão em 06/12/2013 dos embargos por 60 dias. Despacho em 08/05/2014 e em 21/01/2015 de dilação do prazo para a Fazenda Nacional. Conclusos para sentença em 04/05/2015 e convertidos em diligência em 09/07/2015 para manifestação da parte embargada sobre a existência de prescrição. Consta, como último movimento, a juntada de petição em 23/07/2015.

- 05119327520084025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. IRPF - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. Distribuídos por dependência em 22/08/2008. Despacho em 18/03/2009 para se aguardar cumprimento de ordem exarada nos autos principais. Despacho em 27/02/2012 para emenda da inicial. Despacho em 17/09/2013 para intimação da Defensoria Pública da União para juntada de processo administrativo. Despacho em 03/11/2014 para a parte embargada apresentar o documento. Despacho em 10/12/2014 para a Fazenda Nacional cumprir o determinado. Despacho em 26/02/2015, assinalando derradeiro prazo para a parte embargada. Despacho em 07/05/2015 para chamar o feito à ordem e determinar às partes diligências acerca da existência de renda da embargante ao tempo dos fatos geradores da exação cobrada. Consta, como último movimento, a devolução dos autos da Defensoria Pública da União em 19/06/2015.

- 05024024720084025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. FGTS - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. Distribuídos por dependência em 02/04/2008. Despacho em 26/03/2009 para juntada de documentos.

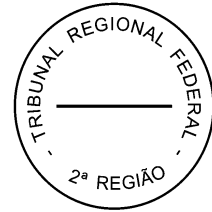


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Despacho em 11/02/2011 para emenda da inicial. Decisão em 16/03/2012 que indeferiu a prova pericial e determinou a prova documental suplementar pela embargante. Conclusos para sentença em 04/06/2012 e convertidos em diligência em 27/11/2012 para reconsideração e deferimento da prova pericial. Suspensão dos embargos por 90 dias em 05/03/2013. Despacho em 29/08/2013 para vista à Fazenda Nacional. Despacho em 04/10/2013 de nova vista e suspensão do processo por 30 dias. Em 21/07/2014, reativação da suspensão e vista à Fazenda Nacional para quesitos e indicação de assistentes técnicos. Despacho em 13/08/2014 para vista às partes sobre a proposta de honorários. Despacho em 14/01/2015, assinalando o prazo de entrega do laudo pericial em 30 dias e expedição de alvará de levantamento. Despacho em 29/01/2015 para vista ao perito. Despacho em 25/02/2015 para vista à Fazenda Nacional. Despacho em 16/04/2015 para as partes se manifestarem acerca do pedido de complementação de honorários periciais. Decisão em 02/06/2015 que suspendeu a realização da prova pericial e determinou ao embargante a juntada de documentos. Despacho em 30/06/2015, determinando à embargada manifestação em 15 dias sobre alegada cobrança em duplicidade do débito. Consta, como último movimento, publicação em 09/07/2015.

- 05093186320094025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. Distribuídos por dependência em 189/08/2009. Despacho em 09/02/2010 para emenda da petição inicial e, em 30/03/2011, para complementação das determinações anteriores. Despacho em 24/08/2011 para as partes especificarem provas. Ato ordinatório em 12/06/2012, informando sobre a tramitação eletrônica do processo. Despacho em 30/08/2012 para a embargante apresentar cópia do processo administrativo. Despacho em 25/10/2012, deferindo dilação de prazo para a embargante. Despacho em 06/12/2012 e, em 13/03/2013, para a embargante comprovar as diligências realizadas. Decisão em 16/09/2013, deferindo prova pericial contábil. Despacho em 10/04/2014, determinando manifestação das partes sobre

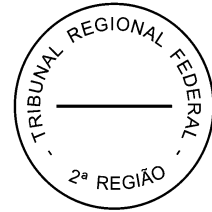




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

quesito pericial e, em 24/11/2014, para manifestação das partes sobre proposta de honorários, depósito da verba, início dos trabalhos periciais e expedição de alvará após a entrega do laudo. Despacho em 14/01/2015 para a embargante efetuar o depósito judicial. Decisão em 06/04/2015, indeferindo quesito formulado. Em 17/06/2015, o perito foi intimado por *email* para apresentação do laudo pericial em 30 (trinta) dias. Consta, como último movimento, juntada de petição do perito, em 10/07/2015, solicitando à Fazenda Nacional a apresentação de cópia legível de processo administrativo.

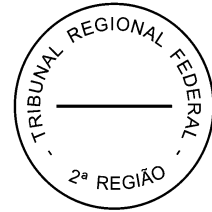
- 00098445320104025101: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO - PROCESSO DE CONHECIMENTO - PROCESSO CÍVEL. IRPF/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA - IMPOSTOS - TRIBUTÁRIO. Ação ordinária autuada e distribuída para a 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro em 22/06/2010. Despacho em 22/06/2010 para a parte autora apresentar processo administrativo e citação. Despacho em 19/07/2010 de dilação de prazo. Decisão em 09/09/2010, deferindo a tutela antecipada para suspender a exigibilidade de crédito tributário. Ato Ordinatório em 16/11/2010 para réplica e especificação de provas e, em 07/01/2011, para manifestação da parte ré. Concluso para sentença em 27/05/2011. Decisão de conversão em diligência em 14/10/2013, declinando de competência para a 4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro em virtude da ação ter relação com ação de execução lá proposta. Ato Ordinatório de 02/12/2013, encaminhando processo para apreciação do Juiz Distribuidor acerca da decisão de declínio de competência, que, na mesma data, determinou a redistribuição por dependência à execução fiscal, efetuada em 03/12/2013. Despacho em 10/02/2014 para produção de prova documental pela parte autora e posterior vista à ré e, em 08/04/2014, deferimento de dilação de prazo para a autora. Despacho em 06/06/2014 para UNIMED RIO esclarecer despesas com plano de saúde. Despacho em 04/03/2015 para as partes se manifestarem sobre a juntada. Consta, como último movimento, conclusão do processo para sentença em 06/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 05097245020104025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. PASEP - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. Distribuídos por dependência em 30/06/2010. Despacho em 24/02/2011 para emenda da inicial, recebendo os embargos no caso de cumprimento. Despacho em 23/05/2011 para a embargante se manifestar sobre a impugnação e interesse na produção de provas. Ato Ordinatório em 14/10/2011 para digitalização dos autos. Ato Ordinatório em 16/02/2012, informando sobre a tramitação eletrônica do processo. Despacho em 21/08/2012 para manifestação da embargante. Decisão de 30/07/2013, indeferindo a produção de prova pericial contábil requerida pela embargante. Interpostos embargos de declaração, decisão de 19/11/2013, acolheu os embargos para deferir a realização da prova pericial. Despacho em 11/03/2014, suspendeu a tramitação dos autos pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Ato Ordinatório em 08/10/2014, reproduzindo parte final de decisão anterior, determinou a entrega de proposta de honorários, vista às partes, depósito da verba, início dos trabalhos, manifestação posterior das partes, impugnação ou complementação e liberação do depósito. Decisão em 28/04/2015, arbitrando o valor dos honorários periciais para pagamento parcelado e depósito. Intimadas as partes, consta, como último movimento, a certidão de intimação da Procuradoria Geral do Estado em 29/06/2015.

- 05083336020104025101: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - EMBARGOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. IRPJ - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. COFINS - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DÍVIDA ATIVA - TRIBUTÁRIO. Distribuídos por dependência em 18/05/2010. Decisão em 29/09/2010 recebeu os embargos, suspendendo o curso da execução. Despacho em 05/05/2011 para emenda da inicial. Despacho em 08/11/2011 para ciências às partes da digitalização dos autos. Despacho em 02/03/2012 manifestação da embargante acerca da impugnação e documentos acostados, bem como para especificação de provas pelas partes.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Decisão em 24/04/2012, suspendendo o feito por 180 (cento e oitenta) dias. Despacho em 01/12/2014 para intimação da embargada para apresentação de manifestação conclusiva da Receita Federal quanto ao discutido nos autos. Despacho em 06/03/2015 para conceder derradeiro prazo de 30 (trinta) dias à embargada para manifestação. Despacho em 25/05/2015 para intimação do embargante sobre provas. Decisão em 09/07/2015, determinou manifestação do embargante, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o interesse no prosseguimento do feito, uma vez que sua adesão ao parcelamento implica confissão da dívida. Consta, como último movimento, publicação do despacho em 20/07/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/07/2015, e consultas ao Apolo, **posição até 30/07/2015.**

### **III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

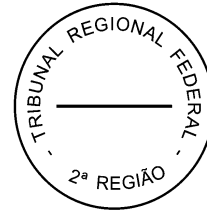
Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

### **IV - META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados):**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

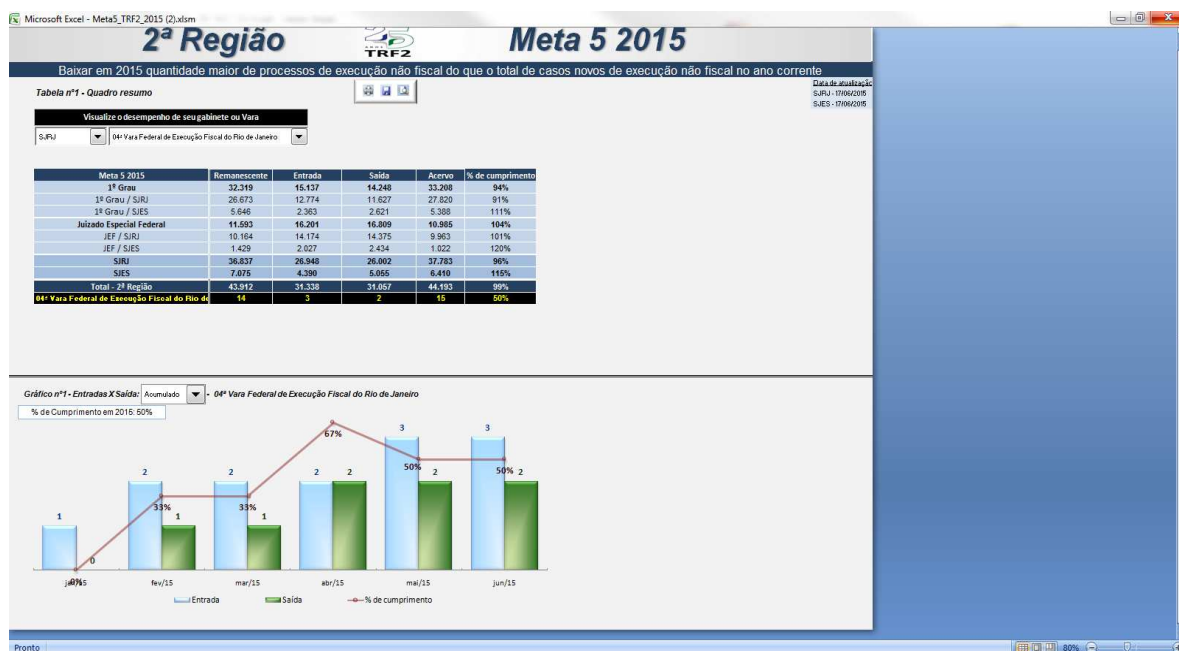


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

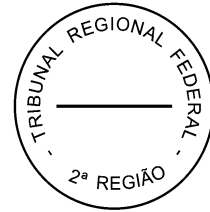
De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/07/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 50%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

## VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

**Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

**Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.**

OBS.: Não se aplica ao juízo correicionado.

## ➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

### 1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Em 22/07/2015, às 16:31, foram encontrados os seguintes locias virtuais:

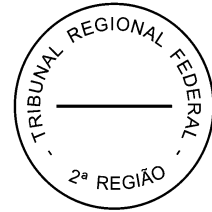
"INICIAIS - 2 e 4" - sem documentos;

"INICIAIS 0" - sem documentos;

"INICIAIS 1 e 3" - com 10 documentos, sendo os dois mais antigos de 22/07/2015, sob os números 0504141-50.2011.4.02.5101 E 0626561-48.1900.4.02.5101;

"INICIAIS 5" - sem documentos;

"INICIAIS 6 e 8" - sem documentos;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

"INICIAIS 7 e 9" - com 05 documentos, sendo os mais antigos de 10/07/2015, sob os números 0074399-06.2015.4.02.5101, 0073289-69.2015.4.02.5101 e 0070109-45.2015.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

## **2. BALCÃO DE ENTRADA**

**Em 22/07/2015, às 16:43**, com 17 documentos, sendo os mais antigos os de 22/07/2015, sob os números:

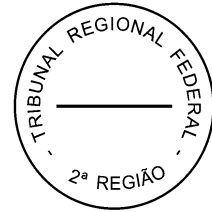
0005876-21.1987.4.02.5101	0024170-76.2014.4.02.5101
0507552-72.2009.4.02.5101	0047970-03.1995.4.02.5101
0021752-73.2011.4.02.5101	0018336-92.2014.4.02.5101
0000485-74.2013.4.02.5101	0018041-89.2013.4.02.5101
0043379-31.2014.4.02.5101	0503255-90.2007.4.02.5101
0064161-30.2012.4.02.5101	0523179-19.2009.4.02.5101
0540810-49.2004.4.02.5101	0505254-44.2008.4.02.5101
0533080-50.2005.4.02.5101	

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

## **3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Analisados os locais virtuais, salvo melhor juízo, não se encontrou endereço eletrônico para as prevenções.

Conforme informação prestada no questionário de Pré-Correição do juízo correicionado, *"as reuniões de feitos são, via de regra, requeridas pelo Exequente nos termos do art. 28, da LEF. As iniciais são recebidas no prazo*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

*máximo de 10 dias. Se houver um volume expressivo de distribuição das Execuções Fiscais, há mutirão com 6 servidores para análise e lançamento do despacho inicial."*

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.11.1). Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), extraído em 22/07/2015, às 16:14.

**4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Art. 227 da CNCR)**

**a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 31**

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

1) 05803764919004025101, concluso em 22/10/2013, com minuta no sistema Apolo;

2) 05101870220044025101, concluso em 08/01/2014, sem minuta no sistema Apolo;

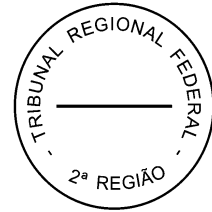
3) 05076312220074025101, concluso em 26/05/2014, com minuta no sistema Apolo;

4) 05328845620004025101, concluso em 22/05/2014, com minuta no sistema Apolo;

5) 05075440320064025101, concluso em 06/06/2014, com minuta no sistema Apolo.

**b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 22**

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

1) 05192062220104025101, concluso em 28/07/2014, com minuta no sistema Apolo;

2) 00286281020124025101, concluso em 05/08/2014, com minuta no sistema Apolo;

3) 05842539419004025101, concluso em 07/10/2014, com minuta no sistema Apolo;

4) 00034615420134025101, concluso em 26/01/2015, com minuta no sistema Apolo;

5) 05007915420114025101, concluso em 26/01/2015, com minuta no sistema Apolo.

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 15/07/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 23/07/2015.

## **5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (Art. 228 da CNCR)**

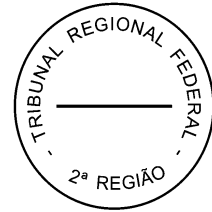
. ENTRE 121 E 180 DIAS: 452

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

1) 00103018020134025101 - último movimento em 22/01/2015: juntada de petição;

2) 00599581619984025101 - último movimento em 16/01/2015: juntada de petição;





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

3) 05159480920074025101 - último movimento em 27/01/2015:  
juntada de petição;

4) 05336093520064025101 - último movimento em 22/01/2015:  
aguardando devolução de mandado;

5) 05943973019004025101 - último movimento em 16/01/2015:  
devolução de remessa.

. HÁ MAIS DE 180 DIAS: 469

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

1) 05180246920084025101 - último movimento em 23/07/2010:  
intimação publicação;

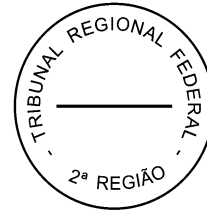
2) 05275085020044025101 - último movimento em 24/11/2010:  
intimação registro no sistema;

3) 06075832319004025101 - último movimento em 30/11/2010:  
devolução de remessa;

4) 05016045720064025101 - último movimento em 07/11/2011:  
juntada de petição;

5) 05830778019004025101 - último movimento em 25/11/2011:  
juntada de petição.

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados (Classe Execução Fiscal), extraído em 15/07/2015, e consulta ao Sistema Apolo - módulo Secretaria, posição até 23/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS) (Artigos 180 e 318 da CNCR)

De acordo com o Mapa de Petições Pendentes do Sistema Processual Apolo, posição em 27/07/2015, **aguardam juntada 11 documentos**, sendo os 02 (dois) mais antigos os seguintes:

1) petição nº 2014.7162.122584-1, cadastrada em 05/11/2014, do processo nº 0735752-28.1900.4.02.5101;

**Observação: Lembrete no sistema informa que o processo não foi localizado.**

2) petição nº 2015.7162.001694-6, cadastrada em 10/02/2015, do processo nº 0503755-69.2001.4.02.5101;

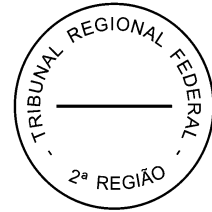
Analisados os locais virtuais, encontramos o endereço eletrônico denominado "PETIÇÕES - AUTOS NO TRF" com 01 documento, de nº 2014.0049.004741-3, cadastrada em 03/11/2014, do processo nº 0529142-08.2009.4.02.5101.

Fontes: Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 27/07/2015.
--

## 7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Artigos 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR)

Foram verificados (em 27/07/2015, às 12:11), por amostragem, os seguintes locais virtuais de prazo:

- PRAZO - CONSELHOS: com 68 documentos, sendo o mais antigo o de 25/05/2015, sob o nº 0019430-75.2014.4.02.5101;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- PRAZO EDITAL: com 05 documentos, todos de 17/07/2015, sob os números 0013987-17.2012.4.02.5101, 0503588-37.2010.4.02.5101, 0524061-44.2010.4.02.5101, 0524355-96.2010.4.02.5101 e 0010390-06.2013.4.02.5101;

- PRAZO - INTIMAÇÃO ELETRÔNICA: com 762 documentos, sendo os 02 (dois) mais antigos de 18/05/2015, sob os números 0525342-98.2011.4.02.5101 e 0016392-60.2011.4.02.5101;

- PRAZO - INTIMAÇÃO PESSOAL: com 17 documentos, sendo o mais antigo de 19/05/2015, sob o nº 0122910-06.2013.4.02.5101;

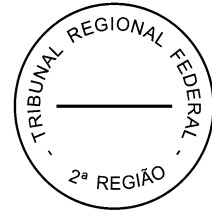
- PRAZO PUBLICAÇÃO: com 138 documentos, sendo o mais antigo de 25/02/2015, sob o nº 0124544-37.2013.4.02.5101;

- PRAZO TRÂNSITO EM JULGADO: com 409 documentos, sendo os (07) sete mais antigos de 12/06/2015, sob os números 0035767-42.2014.4.02.5101, 0036527-88.2014.4.02.5101, 0037369-68.2014.4.02.5101, 0035459-06.2014.4.02.5101, 0030477-46.2014.4.02.5101, 0035149-97.2014.4.02.5101, 0034697-87.2014.4.02.5101;

- PRAZO P/ EMBARGOS À EXECUÇÃO: com 40 documentos, sendo o mais antigo de 12/05/2015, sob o nº 0501254-35.2007.4.02.5101.

## **8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**

Foram verificados (em 27/07/2015, às 13:44), por amostragem, os seguintes locais de cumprimento de ordem:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- EXPEDIR CARTA PRECATÓRIA: com 05 documentos, sendo os dois (02) mais antigos de 02/07/2015, sob os números 0548694-66.2003.4.02.5101 e 0500459-68.2003.4.02.5101;

- EXPEDIR EDITAL: com 100 documentos, sendo os 77 mais antigos de 01/07/2015;

- EXPEDIR MANDADO DE CITAÇÃO - INICIAIS: com 120 documentos, sendo o mais antigo de 16/07/2015, sob o nº 0043879-97.2014.4.02.5101;

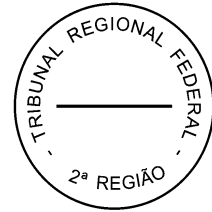
- EXPEDIR MANDADO DE CITAÇÃO - OUTROS: com 313 documentos, sendo o mais antigo o de 04/05/2015, sob o nº 0507707-07.2011.4.02.5101;

- EXPEDIR MANDADO DE INTIMAÇÃO: com 38 documentos, sendo os 02 mais antigos de 23/06/2015, sob os números 0516526-30.2011.4.02.5101 e 0548805-50.2003.4.02.5101;

- EXPEDIR MANDADO DE INTIMAÇÃO - CONSELHOS: com 09 documentos, sendo o mais antigo de 10/06/2015, sob o nº 0032084-60.2015.4.02.5101;

- EXPEDIR MANDADO DE PENHORA: com 50 documentos, sendo os 03 mais antigos de 02/07/2015, sob os números 0030466-42.1999.4.02.5101, 0517210-86.2010.4.02.5101 e 0540539-40.2004.4.02.5101;

- EXPEDIR MANDADO DE INTIMAÇÃO - CUSTAS: sem documentos;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- EXPEDIR OFÍCIO: com 66 documentos, sendo os 03 mais antigos de 02/06/2015, sob os números 0526690-54.2011.4.02.5101, 0118920-07.2013.4.02.5101 e 0520861-05.2005.4.02.5101;

- EXPEDIR URGENTE: com 19 documentos, sendo os 03 mais antigos de 13/07/2015, sob os números 0505555-25.2007.4.02.5101, 0537855-45.2004.4.02.5101 e 0531061-03.2007.4.02.5101.

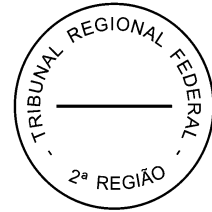
Fonte: verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:**  
**(Art. 189, §§§ 1º, 2º e 3º, da CNCR)**

- Total em 15/07/2015: 78
  - i. Segredo absoluto: 00
  - ii. Segredo do Sistema: 34
  - iii. Segredo de Peças: 44

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- COM SEGREDO DO SISTEMA:
  - 07106110719004025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 07/02/2008);
  - 00182545719974025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 29/04/2013);
  - 05136034620024025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 22/08/2006);



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 00002349520054025114: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 16/05/2006);

- 06292714119004025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 18/11/2009).

• **COM SEGREDO DE PEÇAS:**

- 00666555319984025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 26/09/2012);

- 05304184020104025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 28/05/2014);

- 00217125720124025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 06/03/2013);

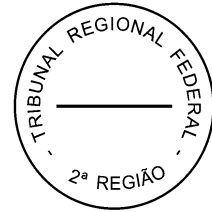
- 00393778620124025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 12/06/2015);

- 00757368919994025101: regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 31/10/2006).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 27/07/2015.

**10. PUBLICAÇÕES (Mapa de 10/2014 a 04/2015)**  
**(Art. 181 da CNCR)**

- Total de processos publicados (de 07/2014 a 06/2015): 6.775
- Total de Boletins: 169
- Média de processos/boletins: 40,09 processos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Tempo médio de dias/publicação: 4,93 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 15/07/2015.

## 11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **01** processo com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0515486-47.2010.4.02.5101	AGU	23/02/2015	06/03/2015	132

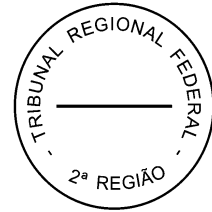
Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 16/07/2015, referente ao período de 01/07/2014 a 30/06/2015.

### ➔ SUSPENSÃO DE PROCESSOS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

**1. Número total de processos suspensos (em 15/07/2015): 12.544**

#### **2. Motivo da suspensão:**

- Aguarda decisão de instância superior: 288
- Art. 20, Lei 10.522/02: 1.857
- Art. 40, §2º, Lei 6.830/80 (arquivamento sem baixa): 4.058
- Art. 40, *caput*, Lei 6.830/80: 2.256
- Cumprimento Precatório/RPV: 28
- Embargos à Execução: 245
- Outras Suspensões - Processos de Conhecimento: 01
- Outras Suspensões - Processos de Execução: 318
- Outros - Fase Conhecimento: 41
- Outros - Fase/Processo Execução: 849
- Parcelamento: 2.369
- Provimento 61/2009 (Execução Fiscal): 06



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- Sobrestado: 01
- Suspenso - Art. 40, Lei 6.830/80: 174
- Suspenso - aguardando julgamento de recurso: 25
- Vazias: 28

### **3. Análise dos processos:**

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo Excel, em 15/07/2015, verificou-se que são lançadas informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento nº 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

a) Aguardando decisão de instância superior:

00010876820044025105  
00610694420124025101  
05088937520054025101  
05256400320054025101  
05974935319004025101

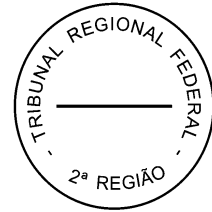
b) Art. 20, Lei 10.522/02:

00064088120134025101  
00214071020114025101  
00382670919994025101  
05272821620024025101  
08059743520084025101

c) Art. 40, §2º, Lei 6.830/80 (arquivamento sem baixa):

00001011420134025101  
05111211320114025101  
05352092820054025101





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

05111211320114025101

06101242919004025101

d) Art. 40, *caput*, Lei 6.830/80:

00003506220134025101

00110717320134025101

05094157320034025101 - determinação de suspensão em 15/04/2014.  
Suspensão em 13/06/2014: prazo expirado

05265886620104025101 - determinação de suspensão em 18/04/2013.  
Suspensão em 18/04/2014: prazo expirado

07352067019004025101 - determinação de suspensão em 02/08/2013.  
Suspensão em 07/10/2013: prazo expirado

e) Cumprimento Precatório/RPV:

05092224820094025101

05027162720074025101

05218775720064025101

05163615120094025101

05217864020014025101

f) Embargos à Execução:

05141810420054025101

00044566720134025101

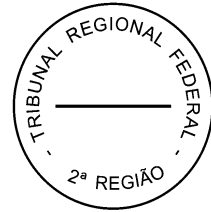
00313294120124025101

05207726920114025101

05412357620044025101

g) Outras Suspensões - Processos de Conhecimento:

05032248020014025101



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

h) Outras Suspensões - Processos de Execução:

00122996019884025101  
05296950220024025101  
05330314820014025101  
05995902619004025101  
09866774419004025101

i) Outros - Fase Conhecimento:

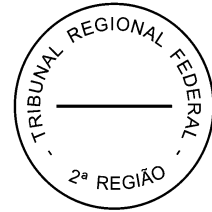
00117626419884025101  
01116318620144025101  
05044637520084025101  
05213010620024025101  
01198112820134025101

j) Outros - Fase/Processo Execução:

00308873219994025101  
05098480920054025101  
05453082820034025101  
05187357920054025101 - determinação de suspensão até 06/2015:  
prazo expirado  
05190604420114025101 - determinação de suspensão até 19/05/2015:  
prazo expirado

k) Parcelamento

00072177120134025101  
00166287520124025101  
05067521520074025101  
05216008020024025101  
05499929320034025101



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

l) Provimento 61/2009 (Execução Fiscal)

05089883720074025101

00309316619904025101 - suspensão a partir de 05/09/2014. Prazo de seis meses expirado. Processo sem conclusão para sentença.

04140535419004025101 - suspensão a partir de 24/07/2014. Prazo de seis meses expirado. Processo sem conclusão para sentença.

05202390419004025101 - suspensão a partir de 24/07/2014. Prazo de seis meses expirado. Processo sem conclusão para sentença.

09282107219004025101 - suspensão a partir de 24/07/2014. Todavia, consta, como último movimento, juntada em 03/02/2015 de petição do exequente se manifestando pelo interesse na restauração dos autos.

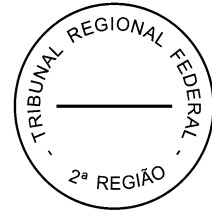
m) Sobrestado

04706374419004025101 - há registro no sistema Apolo de suspensão do processo por sobrestamento em 18/08/1982. E, como último movimento, uma Informação de Secretaria de 21/05/2007, nos seguintes termos: "processo redistribuído automaticamente pelo sistema eletrônico de dados da SJRJ, em 07.04.1999, quando da criação das Varas especializadas em Execução Fiscal, sem, no entanto, haver sido encaminhado pela antiga Vara Federal (34ª) à Secretaria da 4a. VFEF, para a qual foi redistribuído o processo."

n) Suspenso - Art. 40, Lei 6.830/80

00291975119884025101 - determinação de suspensão em 30/01/2003. Suspensão em 30/01/2003: prazo expirado.

05057940520024025101 - determinação de suspensão em 25/02/2005. Suspensão em 07/03/2005: prazo expirado.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

05365480319004025101 - determinação de suspensão em 19/10/2004.  
Suspensão em 26/06/2008: prazo expirado.

05400349319004025101 - determinação de suspensão em 17/10/2003.  
Suspensão em 21/10/2003: prazo expirado.

07138719219004025101 - determinação de suspensão em 03/02/2003.  
Suspensão em 03/02/2003: prazo expirado.

o) Suspenso - aguardando julgamento de recurso

00837856619924025101

05127405620034025101

05193054120004025101

05342312220034025101

05362191020054025101

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo –  
módulo Secretaria.

➔ **SENTENÇAS**

**(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)**

Total: 3.156

**1. FINAL PAR: 1581**

a. Convertidas em diligência: 05

b. Embargos de declaração:

i. Em embargos de declaração acolhidos: 06

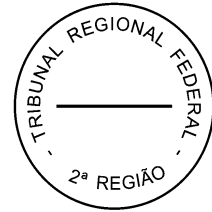
ii. Em embargos de declaração acolhidos em parte: 02

iii. Em embargos de declaração rejeitados: 07

c. Interlocutória: 01

d. Resolução de mérito:

i. Extinção da execução: 98



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

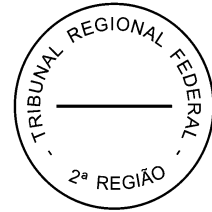
- ii. Pedido improcedente: 11
- iii. Pedido procedente: 07
- iv. Pedido procedente em parte: 07
  - v. Reconhecida Prescrição/Decadência: 557
  - vi. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 02
  - vii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 04
- e. Sem resolução de mérito: 838
  - i. Cancelamento da dívida ativa - art. 26 Lei 6.830/80: 21
  - ii. Indeferimento da petição inicial: 02

**f. Vazias: 13**

**2. FINAL ÍMPAR: 1.575**

- a. Convertidas em diligência: 04
- b. Embargos de declaração:
  - iv. Em embargos de declaração acolhidos: 03
  - v. Em embargos de declaração não conhecidos: 01
  - vi. Em embargos de declaração rejeitados: 09
- c. Resolução de mérito:
  - i. Extinção da execução: 103
  - ii. Pedido improcedente: 18
  - iii. Pedido procedente: 04
  - iv. Pedido procedente em parte: 02
  - v. Reconhecida Prescrição/Decadência: 486
  - vi. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 01
  - vii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 08
  - viii. Pedido procedente com tutela deferida: 01
- d. Sem resolução de mérito: 895
  - iii. Cancelamento da dívida ativa - art. 26 Lei 6.830/80: 23
  - iv. Desistência da ação: 01
  - v. Indeferimento da petição inicial: 03

**e. Vazias: 13**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS**  
**(Res. 535/2006 do CJF)**

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

**1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**

0528512-54.2006.4.02.5101

0519910-98.2011.4.02.5101

0059820-58.2012.4.02.5101

0103808-32.2012.4.02.5101

0007395-83.2014.4.02.5101 - sentença com classificação equivocada, pois o processo foi extinto sem julgamento de mérito

0014142-49.2014.4.02.5101 - sentença com classificação equivocada, pois o processo foi extinto sem julgamento de mérito

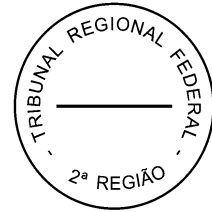
0040222-16.2015.4.02.5101 - sentença com classificação equivocada, pois o processo foi extinto sem julgamento de mérito

0202214-16.1900.4.02.5101 - sentença com classificação equivocada, pois o processo foi extinto sem julgamento de mérito

0009006-08.2013.4.02.5101- sentença com classificação equivocada, pois o processo foi extinto sem julgamento de mérito

0504338-44.2007.4.02.5101 - sentença com classificação equivocada, pois o processo foi extinto pelo art. 794, I, CPC

**2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas - padronizadas):**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0016753-72.2014.4.02.5101

**2.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0030760-06.2013.4.02.5101

0509907-84.2011.4.02.5101

0182483-38.2014.4.02.5101

0013553-28.2012.4.02.5101

**3. Sentenças tipo C (sem julgamento de mérito):**

0534442-19.2007.4.02.5101

0504601-37.2011.4.02.5101

**3.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0132621-35.2013.4.02.5101

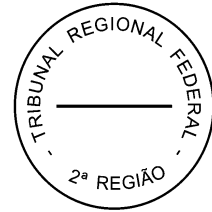
0535685-08.2001.4.02.5101

0000238-93.2013.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 15/07/2015.

**→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)  
(Art. 217 da CNCR):**

*Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "são apostas etiquetas nos autos físicos e identificadores nos eletrônicos, para permitir a fácil visualização da situação, com isso dá-se celeridade aos atos judiciais, bem como ao cumprimento das determinações, tais como: expedições, juntadas e remessas."*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário de Pré-Correição (item 3.3.2).

## → LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "os feitos são julgados de acordo com a data de entrada no gabinete, com elaboração de pauta de julgamento pelo Oficial de Gabinete. A depender do grau de complexidade da causa tem sido observado o tempo conferido pela Corregedoria (180 dias) para prolação de sentença. Processos que podem ser julgados em lote, em virtude da identidade do assunto (por exemplo, prescrição intercorrente), bem assim as extinções das execuções fiscais pelo pagamento ou cancelamento são julgados assim que entram em conclusão, diante da pouca complexidade e do volume de feitos."

Informou-se, ainda, quanto aos critérios de julgamento para os demais feitos "os processos com pedidos já padronizados, conforme item 2.4, são despachos prioritariamente. A partir do semestre vindouro iremos enfrentar as conclusões de assuntos padronizados como meta mensal, em regime de mutirão."

Fonte: Questionário Pré-Correição (itens 3.3.3 e 3.3.4).

## → EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

### 1. FASE 18:

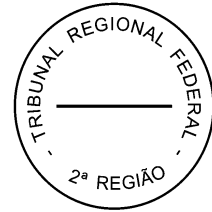
Informada em 30 processos.

Não informada em 145 processos.

Natureza Executória em 938 processos.

Total: 1.113.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença, extraído em 29/07/2015, com dados referentes ao dia de 28/07/2015.

**2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO**  
**(de 01/07/2014 a 30/06/2015)**  
**(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 63
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 601 dias
- c. Eletrônicos: 27
- d. Físicos: 36

**- RPV's Juizado Especial:**

- . Total do cadastro: 00
- . Cadastrados: 00
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00

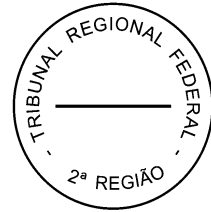
**- RPV:**

- . Total do cadastro: 34
- . Cadastrados: 08
- . Conferidos: 01
- . Enviados: 25

**- Precatário em Parcela Única:**

- . Total do cadastro: 02
- . Cadastrados: 01
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 01

**- Precatário Parcelado:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- . Total do cadastro: 00
- . Cadastrados: 00
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00

Fonte: Planilha Apolo Excel - Precatório e RPV, extraída em 15/07/2015.

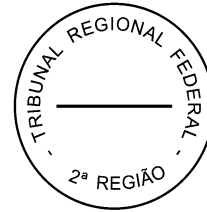
**→ GRANDES DÉBITOS  
(ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR)**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, há 362 processos de grandes devedores indicados pela PFN.

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, d).

**→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD  
(Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, *"são efetivados rotineiramente bloqueios nos Sistemas mencionados. Há 371 processos aguardando apreciação do pedido de BACEN-JUD no mês corrente. O protocolo de minutas de bloqueio Bacenjud se dá uma vez por mês, de regra na segunda quinzena, para concentrar e agilizar a prática dos atos decorrentes de tais bloqueios (apreciação de pedidos de desbloqueio e transferências para a CEF). Já há 110 processos com decisão e minutas Bacenjud prontos para serem protocolados no dia 20/07. O número de pedidos de utilização do sistema RENAJUD é menor em relação aos pedidos de BACENJUD, que são os mais frequentemente deduzidos pelos Exequentes."*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, e).

→ **LEILÕES**  
(ARTIGOS 270 A 290 DA CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "*há 22 processos com leilão designado para os dias 04 e 18 de agosto próximo.*"

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

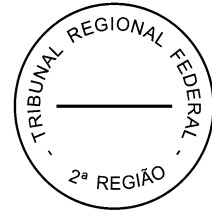
Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "*a Secretaria não tem cadastrado os bens penhorados. Determinei que fosse verificado junto ao Setor de Informática a possibilidade de extrair relatório do cadastro dos bens, a fim de facilitar o preparo dos leilões.*"

Todavia, salvo melhor juízo, de acordo com o relatório de Consultas de Bens Penhorados extraído do sistema Apolo em 16/07/2015, há um total de **189 bens constritos**.

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, g) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**  
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, tal informação não se aplicaria.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Todavia, salvo melhor juízo, de acordo com o Relatório de Material Apreendido/Acautelado, extraído do sistema Apolo, em 16/07/2015, referente ao período de 01/01/1900 a 30/06/2015, há 01 (um) registro de material referente a "06 (seis) elevadores para levantar veículos da marca Elevacar", localizados com "Marlene da Costa Ferreira - Estrada do Capenha, 141 - Jacarepaguá", relativo ao processo nº 0525328-51.2010.4.02.5101.

Em consulta ao sistema Apolo, foi verificado que os referidos bens foram objeto de penhora e avaliação, conforme certidão de 13/02/2014. Observou-se, ainda, despacho em 21/01/2015, determinando a expedição de mandado de constatação e reavaliação dos bens penhorados. Por fim, consta certidão (positiva em parte) de 23/02/2015, informando que foram encontrados os bens penhorados e laudo de avaliação no total de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

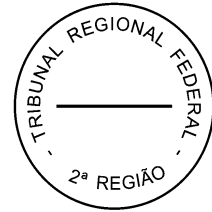
Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de Material Apreendido/Acautelado e consulta ao sistema Apolo, posição até 29/07/2015.

### ➔ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (Artigos 147 a 151 CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, *"foram inspecionados os Livros e Pastas obrigatórios, não sendo constatadas irregularidades. Utiliza-se o livro de sentenças eletrônicas, bem como o de mandados expedidos, que passaram a ser assinados eletronicamente e distribuídos ao Setor de mandados também eletronicamente. Não foram cancelados alvarás."*

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

### ➔ ESPAÇO FÍSICO



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "o espaço físico da Secretaria da Vara foi recentemente reformulado para disposição melhor das mesas, facilitando a interação entre os servidores e estagiários. Em face da indexação dos processos físicos em eletrônicos, o ambiente ficou mais agradável, uma vez que estantes foram retiradas, permitindo melhor circulação das pessoas entre mesas e estantes."

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 4).

➔ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO**

**Metas de curto prazo (3 meses):** cumprimento da Conclusão de assuntos padronizados (diversos), que, na data de 08/07/2015, alcança o total de 962 processos, bem como determinação inclusão de sócios (131 processos) e BACENJUD (334 processos).

**Metas de médio prazo (6 meses):**

a) Dar vista aos exequentes acerca do art. 40, parágrafo 4º, da LEF (manifestação sobre prescrição intercorrente), com prazos vencidos no semestre;

b) Designar leilões.

**Metas de longo prazo (1 ano):** consulta dos processos (há 21 escaninhos com 50 processos cada) pendentes de julgamento de recursos e decisões de outros Juízos, a fim de verificar eventual ausência de traslado para o processo principal. Para tanto, será confeccionada planilha de acompanhamento futuro.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 6.2).

**RELATÓRIO FINAL ELABORADO POR:**

Patrícia Aparecida dos Santos Ferreira, Mat. n.º 15.641